



ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO

Número V - 2002

O Instituto Nacional de Estatística, dá a conhecer ao público mais uma edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC). Trata-se da quinta edição deste estudo, agora com data de capa do ano 2002.

O EPCC pretende caracterizar os 308 concelhos portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, a partir de um conjunto de indicadores inferidos de um leque de 19 variáveis por recurso a um modelo de análise factorial. A grande vantagem destes indicadores decorre deles constituírem informação à escala concelhia, unidade territorial para a qual a informação estatística disponível é reduzida. São três os indicadores propostos no EPCC: o Indicador *per Capita*, a Percentagem do Poder de Compra e o Factor Dinamismo Relativo.

Indicador *per Capita*

O Indicador *per Capita* (IpC) do poder de compra é um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes concelhos e regiões, com esse valor de referência nacional.

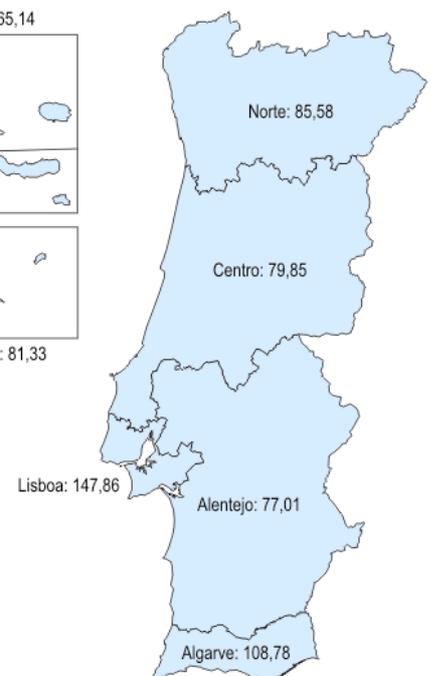
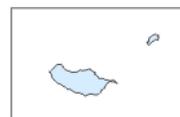
Os resultados obtidos revelam sem surpresa que a Região de Lisboa é a que apresenta, segundo o IpC, o poder de compra mais elevado, que ultrapassa a média do país em 47,9%. Pelo contrário, a Região Autónoma dos Açores é a região para o qual o Indicador *per Capita* atinge o valor mais baixo, muito aquém da média nacional. Destaque-se ainda, com um valor do IpC superior à média nacional, o Algarve que atinge os 108,8 pontos. As restantes regiões registam valores do IpC abaixo da média do país, salientando-se o facto da Região Autónoma da Madeira ultrapassar nesta versão nº5 do EPCC a Região Centro, em termos de poder de compra *per capita*.

Indicador *per Capita* por NUTS II

R. A. Açores: 65,14



R. A. Madeira: 81,33



A análise ao nível concelhio revela que apenas 37 concelhos registam valores deste índice acima de 100, que representa a média nacional. Este grupo de concelhos é composto por municípios de natureza eminentemente urbana (a quase totalidade possui centros urbanos com mais de 10 mil habitantes) incluindo sobretudo concelhos pertencentes à Região NUTS II de Lisboa e NUTS III do Grande Porto, e também capitais de distrito.

O quadro que se segue inclui o valor do Indicador *per Capita* nalguns dos principais concelhos portugueses, assim como a posição ocupada por estes municípios no ranking desse indicador.

Ranking	Concelhos	IpC
1	Lisboa	220,19
2	Oeiras	184,07
3	Porto	176,62
4	Cascais	166,63
5	Faro	139,05
6	Coimbra	136,70
7	Almada	134,13
8	Matosinhos	133,86
9	São João da Madeira	133,20
10	Portimão	132,87
11	Albufeira	129,60
12	Sintra	128,56
13	Setúbal	127,74
14	Amadora	126,38
15	Entroncamento	126,38

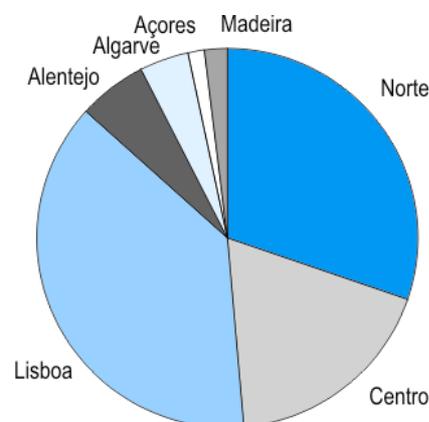
Ranking	Concelhos	IpC
16	Aveiro	126,29
19	Funchal	120,32
26	Évora	111,91
28	Braga	109,98
36	Beja	101,02
38	Castelo Branco	98,76
40	Bragança	97,86
43	Santarém	96,15
44	Portalegre	95,80
45	Leiria	95,35
52	Vila Real	91,63
53	Viseu	91,58
56	Guarda	89,88
65	Ponta Delgada	84,50
67	Viana do Castelo	84,07

Percentagem do Poder de Compra

A Percentagem do Poder de Compra reflecte o peso do poder de compra de cada concelho e região no total do país que assume o valor 100%.

A estrutura regional deste indicador realça o predomínio da região de Lisboa com um peso de 38% no total nacional do poder de compra, logo seguida da Região Norte acima dos 30%. A Região Centro representa mais de 18% deste todo. Com contributos mais modestos, surgem o Alentejo, com quase 6%, e o Algarve que se fica pelos 4%. Obtêm-se assim os 96,6% atingidos pelo Continente no total nacional em termos de poder de compra. Quanto às Regiões Autónomas, a Madeira chega muito perto dos 2%, mas os Açores ficam aquém deste valor.

Percentagem Poder de Compra por NUTS II



Factor Dinamismo Relativo

O Factor Dinamismo Relativo mede a tendência, sobretudo em termos de dinâmica comercial, que subsiste para além do poder de compra regularmente manifestado nos concelhos e regiões do país, e que é medido pelos dois indicadores anteriores. Este último indicador, que se expressa também em proporção dos residentes nos concelhos, reflecte sobretudo o poder de compra associado aos fluxos populacionais de raiz turística que geralmente assumem uma mera natureza sazonal.

A região que registou um valor mais elevado do Factor de Dinamismo Relativo foi o Algarve onde este indicador quase que triplicou o desvio-padrão da sua distribuição, atingindo um score de 2,93. Para além do Algarve, somente a Região Autónoma da Madeira verifica um registo positivo, cifrado em 0,72.